

TTSCD Sociedade de Crédito
Direto S.A. (anteriormente
denominada Supplier
Sociedade de Crédito Direto
S.A.)

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024

Índice

Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado do Período	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações do Fluxo de Caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	10
Parecer do Auditor Independente	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em 30 de novembro de 2020, a diretoria da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “TTSCD”), anteriormente denominada Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A., condicionando-se a decisão e aprovação do Banco Central do Brasil (“BACEN”), aprovou a subscrição e integralização da totalidade do capital social no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 03 de maio de 2022, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa TTSCD, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além desse objeto, a TTSCD pode prestar os seguintes serviços: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora.

Em 22 de junho de 2023, o BACEN aprovou a alteração do controle societário da TTSCD com o ingresso do Itaú Unibanco S.A., que foi concluída com o fechamento da operação da *Joint Venture* entre a TOTVS S.A. e a referida instituição financeira em 31 de julho de 2023, denominada TOTVS TECHFIN S.A. A criação da *Joint Venture* foi anunciada em 12 de abril de 2022, na qual cada uma das empresas detém 50% de participação.

Nossa estratégia de negócio tem como objetivo atender às expectativas dos clientes e parceiros, a partir de suas necessidades, e aumentar sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com a Companhia.

A Companhia registrou em 30 de junho de 2024 prejuízo de R\$ 1.261, patrimônio líquido de R\$ 16.194 e ativos totais de R\$ 17.436.

Para fins de pagamento de dividendos, a TTSCD, prevê em seu estatuto o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25%, conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente no formulário de referência da controladora TOTVS S.A.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos colaboradores.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e aos administradores da
TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. (anteriormente denominada Supplier
Sociedade de Crédito Direto S.A.)**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

TTSCD SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 46.743.997/0001-70
Av. Braz Leme, nº 1.000, 3º andar, Bloco B, São Paulo - SP

Balanco Patrimonial

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
 (valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	15.465	14.494	Obrigações Fiscais Correntes	8	52	415
Instrumentos Financeiros	5a	1.898	5.468	Provisão para Pagamentos a Efetuar	9	152	46
Operações de Crédito	5a	1.898	5.468	Outros Passivos	11	538	1.838
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	(1.674)	(1.334)	Total do Passivo Circulante		742	2.299
Outros Créditos	6	964	856	Outros Passivos	11	500	496
Total do Ativo Circulante		16.653	19.485	Total do Passivo Não Circulante		500	496
Ativo Fiscal Diferido	13	758	738	Total do Passivo		1.242	2.795
Intangível	7	25	28	Capital Social	12a	18.000	18.000
Total do Ativo não Circulante		783	765	(-) Prejuízo Acumulado		(1.806)	(545)
Total do Ativo		17.436	20.250	Total Patrimônio Líquido		16.194	17.455
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		17.436	20.250

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receitas de Intermediação Financeira		1.446	531
Operações de Crédito	5e	754	531
Resultado de Aplicações Financeiras		692	-
Despesas de Intermediação Financeira		(76)	(173)
Operações de Crédito	5e	(76)	(173)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.370	358
Despesas de Pessoal	14	(944)	(53)
Despesas Tributárias	14	(122)	(28)
Despesa com Processamento de Dados	14	(97)	(64)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	14	(91)	(21)
Outras Despesas Administrativas	14	(167)	(15)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	(340)	(5)
Despesas com Amortização		(3)	(1)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	15	(940)	-
Receitas/(Despesas) Operacionais		(2.704)	(187)
Resultado Operacional		(1.334)	171
Resultado antes das Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		(1.334)	171
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	130	9
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	13	(57)	(50)
Lucro/(Prejuízo) do Período		(1.261)	130
Média Ponderada do Número de Ações		18.000.000	3.000.000
Lucro/(Prejuízo) por Ação R\$		(0,00007)	(0,00004)

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.



TTSCD SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 46.743.997/0001-70

Demonstração do Resultado Abrangente
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro/(Prejuízo) do período		(1.261)	130
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado Abrangente do Exercício		(1.261)	130

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 30 de junho de 2023		3.000	-	-	91	3.091
Integralização de Capital		15.000	-	-	-	15.000
Prejuízo do Semestre	12b	-	-	-	(636)	(636)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12a	18.000	-	-	(545)	17.455
Prejuízo do Semestre	12b	-	-	-	(1.261)	(1.261)
Saldos em 30 de junho de 2024	12a	18.000	-	-	(1.806)	16.194

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

TTSCD

TTSCD SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 46.743.997/0001-70

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023

(valores expressos em reais mil)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro/(Prejuízo) do Período		(1.261)	130
Atividades Operacionais			
Ajustes ao Lucro Líquido		223	25
Amortização	7	3	1
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	340	5
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	(130)	(9)
Provisão para Impostos sobre o Lucro		-	35
Provisão/(Reversão) de Outras Obrigações		10	(7)
Variações em Ativos e Passivos		2.333	1.989
(Aumento) / Redução em Operações de Crédito		3.570	(250)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos		326	(1.425)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos		(1.200)	3.616
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais Correntes		(363)	48
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		1.295	2.144
Impostos sobre o Lucro Pagos		(324)	(15)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		971	2.129
(Redução)/Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		971	2.129
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	14.494	2.956
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	15.465	5.085
(Redução)/Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		971	2.129

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A
Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
(em milhares de reais exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “TTSCD”), anteriormente denominada Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A., é uma sociedade por ações, controlada pela TOTVS TECHFIN S.A., constituída em 30 de novembro de 2020 e obteve autorização do Banco Central para desempenho das atividades em 03 de maio de 2022.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 03 de maio de 2023 e tem por objeto social principal atuar na realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da prática de atividades correlatas, como: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora.

Em 30 de junho de 2022 a Supplier Administradora era a única controladora da TTSCD e detinha 100% da participação societária.

Em agosto de 2022, a TOTVS S.A. segregou suas operações do segmento Techfin, incluindo a participação societária na Supplier Administradora e suas controladas em uma nova empresa denominada TOTVS TECHFIN S.A. Esta alteração societária fez parte do plano para efetivação da *Joint Venture* entre TOTVS S.A. e Itaú Unibanco, divulgada ao mercado em abril de 2022. Posteriormente, em 31 de outubro de 2022, a TTSCD foi cindida da Supplier Administradora para a TOTVS TECHFIN, também como parte das ações predecessoras à finalização da operação, que ocorreu em agosto de 2023.

Atualmente a TTSCD atua como agente de financiamento da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Supplier Administradora”) e pretende se tornar uma entidade emissora de moeda eletrônica do tipo cartão de crédito pós-pago *private label*, a fim de fomentar a democratização do acesso a serviços financeiros às pequenas e médias empresas.

O endereço do escritório da Companhia é Avenida Braz Leme, nº 1.000, 3º andar, Bloco B, São Paulo – SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), bem como o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020 que trata dos critérios para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 21 de agosto de 2024.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a. Apuração dos resultados

O resultado é registrado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de crédito são apropriados ao resultado pelo critério pro rata dia, conforme condições de contratação. Em relação ao resultado de cessão

de títulos de crédito, o reconhecimento ocorre no ato da cessão e é determinado pela taxa de desconto pactuada entre as partes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras que são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, utilizados na gestão de obrigações.

Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da TTSCD.

c. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas o risco de crédito

As operações são registradas a valor presente, utilizando a taxa de juros pactuada conforme contrato, e enquadradas nos respectivos níveis de risco, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em um dos nove níveis (de “AA” a “H” - risco máximo) conforme os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99. Além da inadimplência, outros fatores considerados para a classificação de risco são grau de endividamento, situação econômico-financeira, entre outros, conforme Artigo 2º da Resolução CMN nº 2.682/99.

A TTSCD realiza a cessão das operações de crédito periodicamente ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Supplier”) com transferência substancial de riscos e benefícios. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria “operações com transferência substancial de riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado.

d. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda é constituída considerando a alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R\$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o Lucro é apurada considerando a alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e seus valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras. O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização.

As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quando relacionadas à avaliação de instrumentos financeiros à valor justo, quando são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

e. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com esta finalidade. É composto por:

- Software: registrado pelo custo deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

f. Estimativas contábeis

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Mediante a atribuição do nível de risco é determinado o valor da provisão considerando os percentuais descritos pela norma.

- Impostos diferidos – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4. Disponibilidades

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos bancários	13	1.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ¹	2.014	-
Letras Financeiras do Tesouro ¹	13.438	12.786
Total	<u>15.465</u>	<u>14.494</u>

¹ Referem-se a aplicações em títulos públicos e/ou de alta liquidez que estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor, cujo vencimento é em até 90 dias.

5. Operações de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

Níveis de risco									
	A	B	C	D	F	G	H	Total em 30 de junho de 2024	Total em 31 de dezembro 2023
Operações a vencer	29	39	18	1	-	-	-	87	2.465
1 a 30	27	39	18	1	-	-	-	85	2.121
31 a 60	2	-	-	-	-	-	-	2	230
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	71
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	42
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Provisão existente	-	-	1	-	-	-	-	1	90
Operações vencidas	49	55	2	-	11	91	1.603	1.811	3.003
1 a 30	49	55	2	-	-	-	-	106	1.153
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	1.086
61 a 90	-	-	-	-	-	-	1	1	366
91 a 120	-	-	-	-	4	1	3	8	126
121 a 150	-	-	-	-	7	6	8	21	99
151 a 180	-	-	-	-	-	84	296	380	58
Acima de 180	-	-	-	-	-	-	1.295	1.295	115
Provisão existente	-	1	-	-	6	63	1.603	1.673	1.244
Total de operações	78	94	20	1	11	91	1.603	1.898	5.468
Total provisão existente	-	1	1	-	6	63	1.603	1.674	1.334

b. Setor de atividade econômica

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Comércio	1.244	2.856
Habitação	-	2
Indústria	111	492
Rural	-	44
Pessoa Física	119	128
Outros Serviços	424	1.946
Total	<u>1.898</u>	<u>5.468</u>

c. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial do período	1.334	4
Constituição	3.183	1.919
Reversão	(2.999)	(589)
Baixas para prejuízo ¹	156	-
Saldo em 30 de junho de 2024	1.674	1.334

¹ Em 30 de junho de 2024 foi baixado para prejuízo o montante de R\$ 156 em operações de crédito (R\$ 0 em 2023).

d. Abertura da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito por nível de risco

Nível	A vencer	Vencidas	Total	Percentual de Provisão ¹	Provisão contabilizada em 30 de junho de 2024	Provisão contabilizada em 31 de dezembro de 2023
A	29	49	78	0,5%	-	10
B	39	55	94	1,0%	1	5
C	18	2	20	3,0%	1	10
D	1	-	1	10,0%	-	86
E	-	-	-	30,0%	-	180
F	-	12	12	50,0%	6	75
G	-	91	91	70,0%	64	18
H	-	1.602	1.602	100,0%	1.602	950
Total	87	1.811	1.898		1.674	1.334

¹ A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é calculada considerando os percentuais estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do BACEN por nível de risco.

e. Resultado com operações de crédito

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro na cessão de crédito ¹	81	508
Prejuízo na cessão de crédito ¹	(76)	(173)
Rendas de empréstimos e financiamentos	673	23
Total	678	358

¹ As cessões de crédito são realizadas junto ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Supplier). As condições de negociação obedecem a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do fundo, sendo a taxa revisada a cada 45 dias, conforme reuniões do COPOM e alterações na taxa SELIC.

Em 30 de junho de 2024 foi cedido o montante de R\$ 5.508 em operações de crédito para o FIDC Supplier (R\$ 24.340 em 30 de junho de 2023).

Não houve operações renegociadas ou recuperação de créditos baixados para prejuízo nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e em 2023.

6. Outros Créditos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Créditos diversos ¹	594	585
Impostos pagos antecipadamente	362	267
Adiantamentos diversos	8	4
	964	856

¹ Referem-se aos valores recebidos pela Supplier Administradora de Cartões S.A. pelos contratos financiados pela TTSCD. Os valores são

repassados em até dois dias úteis.

7. Intangível

	Aquisição e desenvolvimento de software	
	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	28	32
Amortização	(3)	(4)
Saldo Final	25	28

8. Obrigações Fiscais Correntes

	30/06/2024	31/12/2023
Contribuição Social – CSLL	-	135
Imposto de Renda – IRPJ	-	195
Impostos sobre Folha de Pagamento	32	55
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	5	-
Contribuições Sociais sobre Receitas - Pis e Cofins	14	28
Impostos Retidos de Fornecedores	1	2
Saldo final	52	415

9. Provisão para pagamentos a efetuar

	30/06/2024	31/12/2023
Folha de Pagamento ¹	73	24
Fornecedores ¹	79	22
Total	152	46

¹ As referidas obrigações serão quitadas em até 30 dias.

10. Contingências

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não há ações judiciais de natureza cível, fiscal ou trabalhista ativas ou passivas em que a TTSCD figure como parte.

11. Outros passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Repasso Cobrança – FIDC Supplier ¹	538	1.838
Plano de remuneração baseado em ações ²	500	496
Total	1.038	2.334

¹ Referem-se aos pagamentos recebidos de clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao FIDC Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil.

² Referem-se à provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo dos colaboradores com base no valor das ações da TOTVS S.A. A realização pode acontecer em valores financeiros ou em ações, conforme estabelecido em contrato entre a empresa e os colaboradores. Os valores serão realizados apenas na data de finalização do plano.

- Plano de remuneração baseado em ações

A TTSCD, bem como as demais empresas que compõem o Grupo TOTVS, mensuram o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga.

O Plano de Incentivo baseado em Ações estabelece regras para que determinados participantes e administradores possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da TOTVS, que

estabelece anualmente programas de outorga, sendo que de acordo com as regras do Código de Ética da Companhia e suas controladas, os administradores não participam das decisões do plano que os beneficiam diretamente.

O plano de ações restritas outorgados até 2021, concediam aos beneficiários três tipos de programas:

(i) Ações restritas regulares: os participantes elegíveis terão direito de receber as ações restritas do Programa Regular ao final do período de carência. Durante o período de carência do Programa Regular, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas.

(ii) Programa de sócios: os participantes elegíveis deste plano terão direito de receber as Ações Restritas do Programa de Sócios ao final do período de carência, desde que o participante possua na data de outorga das Ações Restritas e mantenha, de forma contínua e ininterrupta, inclusive na data de entrega das Ações Restritas, o equivalente a 12 (doze) salários brutos fixos mensais investidos em Ações da Companhia. Durante o período de carência do Programa de Sócios, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas.

(iii) Bônus discricionário em ações restritas: ainda neste plano será permitido, dentro do limite de diluição das ações previsto, o Conselho poderá, com o objetivo de atratividade e retenção de determinados indivíduos-chave da Companhia e/ou subsidiárias da Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito deste plano para concessões adicionais aos beneficiários.

A partir de 2022, passou a vigorar um novo plano de ações restritas, concedendo aos beneficiários quatro tipos de programa:

- (i) Programa ILP Destaques
- (ii) Programa ILP Master
- (iii) Programa ILP Performance

Para os três programas listados acima, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência, e durante o período de carência os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. A definição de cada programa está disponível no site de RI da TOTVS: (<https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/>).

(iv) Bônus discricionário em ações restritas: ainda neste plano será permitido, dentro do limite de diluição das ações previsto, através da decisão do Conselho, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito deste plano para concessões adicionais aos beneficiários com o objetivo de atratividade e retenção de determinados indivíduos-chave da Companhia e/ ou subsidiárias da Companhia, a seu exclusivo critério. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Data	Planos	Quantidade de ações restritas	Valor justo das ações	Premissa de valor justo		
				Dividendos	Expectativa de:	
					Prazo de maturidade	
07/05/2021	Regular	1.999.900	29,39	1,31%	3 anos	
07/05/2021	Sócios	1.257.680	29,39	1,31%	3 anos	
29/04/2022	Destaques	637.338	31,67	1,23%	3 anos	
29/04/2022	Master	399.283	30,90	1,23%	5 anos	
29/04/2022	Performance	1.776.226	31,67	1,23%	3 anos	
05/05/2023	Conselho	20.180	26,84	1,10%	3 anos	
05/05/2023	Destaques	1.350.716	26,84	1,10%	3 anos	
05/05/2023	Master	467.455	26,21	1,13%	5 anos	
05/05/2023	Performance	2.363.319	26,84	1,10%	3 anos	

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, ocorreram cinco novas outorgas do plano de remuneração baseado em ações vigentes, que tiveram as seguintes premissas:

Premissas de valor justo						
Data	Planos	Valor de mercado	Valor justo das ações	Dividendos	Prazo de maturidade	
03/05/2024	Conselho	29,61	28,64	1,10%	3 anos	
03/05/2024	Conselho	29,61	28,19	1,22%	4 anos	
03/05/2024	Master	29,61	27,78	1,27%	5 anos	
03/05/2024	Destaques	29,61	28,64	1,10%	3 anos	
03/05/2024	Performance	29,61	29,34	1,10%	3 anos	

Estas novas outorgas não foram aplicadas a colaboradores da TTSCD.

12. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O Capital Social da Companhia é representado por 17.839.260 de ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2023 – 17.839.260), em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 18.000 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 18.000) totalmente subscrito e integralizado.

b. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico foi baseado no prejuízo/lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias, e na quantidade média de ações ordinárias em circulação, calculado como a seguir:

Média ponderada do número de ações ordinárias	30/06/2024	31/12/2023
Ações ordinárias em 1º de janeiro	18.000.000	3.000.000
Ações ordinárias na data-base	18.000.000	18.000.000
Média do número de ações ordinárias ¹	18.000.000	13.608.066
Prejuízo do semestre	(1.261)	(636)
Prejuízo por ação	(0,00007)	(0,00005)

¹ A média ponderada das ações ordinárias em 2023 considera os seguintes eventos:

Em 21 de agosto de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R\$5.000, passando de R\$ 3.000 para R\$ 8.000, mediante a emissão de 5.065.905 (cinco milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, correspondente a R\$ 0,986990393 por ação. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 2023.

Em 08 de dezembro de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R\$10.000, passando de R\$ 8.000 para R\$ 18.000, mediante a emissão de 9.773.355 (nove milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, correspondente a R\$ 1,0231900918 por ação. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 19 de dezembro de 2023.

c. Reserva de lucros

É constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária. Devido ao prejuízo acumulado na Companhia, não existe reserva legal constituída.

d. Dividendos a pagar

Conforme previsto no Estatuto Social, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. Devido ao prejuízo apurado pela Companhia, não foram destinados dividendos no período.

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro ou (Prejuízo) antes da tributação	(1.334)	171
Imposto de renda e contribuição social à taxa combinada	454	(68)
Ajustes para demonstração de taxa efetiva		
Alteração de alíquota da taxa combinada ¹	(57)	-
Crédito tributário sobre provisões não constituído em 2022	-	10
Remuneração Variável Diretoria	(324)	-
Prejuízo fiscal	-	5
Ajuste do adicional IRPJ (10%)	-	12
Imposto de renda e contribuição social do período	73	(41)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(57)	(50)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	130	9
Taxa efetiva	5,47%	23,6%

¹ Em 2023 a Companhia utilizou 40% equiparando a Companhia as demais Instituições Financeiras. Porém, ao reavaliar os normativos sobre o tema, bem como demais Sociedades de Crédito Direto, optou por alterar a alíquota combinada aplicada para 34%.

b. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas principalmente por provisões temporariamente indedutíveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

A Companhia adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Em 2023 a companhia utilizou a alíquota combinada de 40% para a constituição dos créditos tributários, equiparando a Companhia as demais Instituições Financeiras. Porém, ao reavaliar os normativos sobre o tema, bem como demais Sociedades de Crédito Direto, optou por alterar a alíquota combinada aplicada para 34%. Em 30 de junho não existem créditos tributários não reconhecidos.

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Natureza e origem dos créditos tributários		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	569	2
Provisão para publicação das demonstrações financeiras	6	2
Provisão para auditoria externa	21	5
Provisão para incentivo a longo prazo	120	-
Prejuízo fiscal	42	-
Total	758	9

14. Despesas Administrativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas de Pessoal	(944)	(53)
Despesas Tributárias	(122)	(28)
Despesa de Proc. de Dados	(97)	(64)
Despesa de Serv. Especializados	(91)	(21)
Outras Despesas Administrativas	(167)	(15)
Total	(1.421)	(181)

15. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesa na baixa de operações seguradas ¹	(784)	-
Prejuízo Operações de Crédito	(156)	-
Total	(940)	-

¹ O valor recebido de sinistro das seguradoras cobre até 90% do valor da carteira segurada. Os 10% remanescentes são baixados, pois o direito de cobrança da operação é transferido à seguradora.

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. Essas transações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

a) Transações *Intercompany*

	<u>30/06/2024</u>	
Ativo (passivo)	Coligadas	Controladora
Disponibilidades ¹	-	4
Créditos Diversos no País ²	594	-
Repasse Cobrança – FIDC Supplier ³	(538)	-
Provisão de Incentivo a Longo Prazo ⁵	-	(500)
Receita (despesa)		
Lucro/(Prejuízo) na Cessão de Crédito ⁴	5	-
Outras Receitas/(Despesas) <i>Intercompany</i> ⁶	781	488

	<u>31/12/2023</u>	
Ativo (passivo)	Coligadas	Controladora
Disponibilidades ¹	-	1.704
Créditos Diversos no País ²	585	-
Repasse Cobrança – FIDC Supplier ³	(1.838)	-
Provisão de Incentivo a Longo Prazo	-	(496)

	<u>30/06/2023</u>	
Receita (despesa)	Coligadas	Controladora
Lucro/(Prejuízo) na Cessão de Crédito ⁴	335	-

¹ Refere-se ao valor em conta corrente que a TTSCD possui no Itaú Unibanco.

² Referem-se aos valores recebidos pela Supplier Administradora de Cartões S.A. pelos contratos financiados pela TTSCD. Os valores são repassados em até dois dias úteis.

³ Referem-se aos pagamentos recebidos pelos clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao FIDC Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil.

⁴ Refere-se ao resultado das cessões de crédito realizadas junto ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Supplier). As condições de negociação obedecem a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do fundo, sendo a taxa revisada a cada 45 dias, conforme reuniões do COPOM e alterações na taxa SELIC.

⁵ Referem-se a provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo dos colaboradores com base no valor das ações da TOTVS S.A.

⁶ Em 30 de junho de 2024, o montante de R\$ 781 refere-se a recuperação de despesas do contrato de compartilhamento de custos de pessoal com a coligada Supplier Administradora. Em relação ao valor de R\$ 488, R\$ 345 refere-se à recuperação de despesas do contrato de compartilhamento de custos de pessoal com a Techfin e R\$ 143 corresponde ao resultado da provisão de incentivos de prazo longo (vide nota explicativa 11).

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

A remuneração atribuída à Diretoria da TTSCD no período corresponde a:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Honorários	(313)	-
Total	(313)	-

17. Gerenciamento de Riscos

A TTSCD considera o gerenciamento de riscos fundamental para o processo de tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade e otimização da relação risco *versus* retorno.

O gerenciamento de riscos é efetuado de forma estruturada e contínua, abrangendo a avaliação e o controle dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional incorridos na TTSCD.

As diretrizes e regras do gerenciamento de riscos encontram-se formalizadas e divulgadas em políticas e procedimentos internos.

a. Gestão de Capital

A TTSCD possui uma estrutura de gerenciamento de capital cujo objetivo é monitorar o capital mantido por ela de modo a assegurar que o Patrimônio Líquido esteja devidamente enquadrado nos critérios estabelecidos pela Resolução CMN 5.050, que prevê o limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). De acordo com o normativo, é vedado às sociedades de crédito direto a captação de recursos do público e, a fim de garantir que a Companhia opera dentro dos limites estabelecidos e sem alavancagem, monitoramos continuamente o capital em face da carteira de crédito.

b. Gestão de Risco Operacional

A TTSCD define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Para a gestão do risco operacional, a Companhia estabeleceu a estrutura de gerenciamento de risco operacional que deve identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados ao negócio, bem como identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da empresa.

c. Gestão de Risco de Mercado

A estrutura e as estratégias para gerenciamento de risco de mercado da Companhia são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras e v) novas transações, atividades e operações complexas. O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças das taxas de juros de mercado refere-se principalmente à instrumentos financeiros (incluindo empréstimos) e títulos a receber (devido as cessões de carteira), sendo monitorado continuamente apesar do risco não ser significativo.

d. Gestão de Risco de Crédito

É o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da TTSCD, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência dos clientes. A Companhia mitiga o risco de crédito por meio de cessões diárias junto ao FIDC, com transferência substancial dos riscos e benefícios de todas as operações de crédito, permanecendo na carteira apenas as operações cuja cessão não atende aos critérios de estabelecidos no regulamento do fundo. Tal volume é consideravelmente baixo considerando o total de implantações de financiamento de atraso na Companhia. Adicionalmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas. São observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99

e. Gestão de Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sobre condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do grupo.

A seguir elencamos as operações da Companhia suscetíveis ao risco de liquidez:

Ativos	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	15.465	14.494
Total	15.465	14.494

18. Outras Informações

a. Operações com derivativos

Até 30 de junho de 2024 e em 2023 a TTSCD não realizou operações com derivativos.

b. Resultado não recorrente

A classificação de resultados recorrentes e não recorrentes na TTSCD está atrelada a previsibilidade e frequência dos eventos, considerando as atividades regulares desempenhadas pela Companhia.

Não há resultados não recorrentes a serem informados 30 de junho de 2024 e 2023.

c. Adoção Resolução CMN 4.966/21

O cronograma para implementação da resolução CMN 4.966/21 terá as seguintes fases:

Fase 1: Avaliação de impactos da implementação da norma;

Fase 2: Análise dos conceitos e critérios contábeis, desenvolvimento da metodologia, análise da governança e de outros impactos no negócio;

Fase 3: Desenvolvimento sistêmico

Fase 4: Homologação dos processos sistêmicos

Fase 5: Implantação em produção

Atualmente a Companhia está atuando no desenvolvimento sistêmico que compreende a fase 3 do projeto.

19. Eventos subsequentes

A Companhia não identificou eventos subsequentes até a data da aprovação destas demonstrações financeiras.